



Nº 170 - O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, e suas alterações, autoriza que se afaste do país a servidora FERNANDA ALVES DOS ANJOS, Diretora do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação da Secretaria Nacional de Justiça, para participar da "Missão Técnica da Ação 58 - Diálogo União Europeia - Brasil sobre o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas", no âmbito da 4ª Convocatória do Projeto "Apoio aos Diálogos Setoriais UE-Brasil", em Bruxelas, Bélgica, no período de 5 a 11 de fevereiro de 2012, inclusive trânsito, com ônus limitado. (Processo nº 08015.000045/2012-79).

Nº 171 - O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, e suas alterações, autoriza que se afastem do país o Delegado de Polícia Federal IGOR RICARDO ALBANDES CUNHA e o Agente de Polícia Federal SÉRGIO ROCHA PAIXÃO CORTES, lotados na Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Rio Grande do Sul, com o objetivo de proceder à escolha policial do repatriando camaronês Minfack Gaspari Stephane, até Johannesburgo, África do Sul, no período de 6 a 9 de fevereiro de 2012, inclusive trânsito, com ônus limitado. (Processo nº 08205.002600/2011-89).

Nº 172 - O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, e suas alterações, autoriza que se afastem do país o Agente de Polícia Federal FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA DOS SANTOS, lotado na Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Goiás e o Papiloscopista Policial Federal MARCOS ROSSETTI PICININ ARRUDA VIEIRA, do Departamento de Polícia Federal (DPF), com o objetivo de proceder à escolha policial para transferência do brasileiro José Antônio Gomes de Almeida, de Madri/Espanha até Anápolis/GO/Brasil, no período de 6 a 10 de fevereiro de 2012, inclusive trânsito, com ônus. (Processo nº 08211.002020/2011-11).

Nº 173 - O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, e suas alterações, autoriza que se afastem do país os servidores ANDRÉ SANGALI DE SOUSA e THIAGO MIRANDA PINHO, para participarem de Missão Oficial, no Paraguai, no período de 6 de fevereiro a 5 de abril de 2012, inclusive trânsito, com ônus. (Processo nº 08211.002022/2011-00).

Nº 174 - O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, e suas alterações, autoriza que se afastem do país os servidores VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO, Secretário de Direito Econômico e TICIANA NOGUEIRA DA CRUZ LIMA, Coordenadora de Análise e Prestação de Contas de Convênios, para participarem da "Reunião do Grupo de Trabalho nº 2 (Concorrência e Regulação)", da "Reunião do Grupo de Trabalho nº 3 (Cooperação Internacional, Cartéis e Concentrações)" da "Reunião do Comitê de Concorrência da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)", bem como do "Fórum Global sobre Concorrência", em Paris, França, no período de 11 a 18 de fevereiro de 2012, inclusive trânsito, com ônus. (Processo nº 08012.000321/2012-29).

Nº 175 - O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, e suas alterações, autoriza que se afaste do país o Perito Criminal Federal FÁBIO JOSÉ VIANA COSTA, do Departamento de Polícia Federal (DPF), para participar do "23rd Meeting of the INTERPOL Wildlife Crime Working Group", bem como do "17th Meeting of the INTERPOL Pollution Crime Working Group", em Bangkok, Tailândia, no período de 11 a 18 de fevereiro de 2012, inclusive trânsito, com ônus. (Processo nº 08211.002029/2011-13).

Nº 176- O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, e suas alterações, autoriza que se afastem do país os servidores OLAVO ZAGO CHINAGLIA, Presidente Interino e PAULO BURNIER DA SILVEIRA, Assessor do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para participarem da "Reunião do Grupo de Trabalho nº 2 (Concorrência e Regulação)", da "Reunião do Grupo de Trabalho nº 3 (Cooperação Internacional, Cartéis e Concentrações)" da "Reunião do Comitê de Concorrência da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)", bem como do "Fórum Global sobre Concorrência", em Paris, França, no período de 11 a 19 de fevereiro de 2012, inclusive trânsito, com ônus. (Processos nºs 08004.002873/2011-90 e 08004.002872/2011-45).

Nº 177 - O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, e suas alterações, autoriza que se afastem do país os Agentes de Polícia Federal CAMILA ANDRELE ANDRADE DE MOURA, lotada na Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em São Paulo e ANDRÉ RUZZI, do Departamento de Polícia Federal (DPF), com o objetivo de proceder à escolha policial para transferência da brasileira Simone Regina Cabral Justina, de Madri/Espanha até São Paulo/SP/Brasil, no período de 13 a 17 de fevereiro de 2012, inclusive trânsito, com ônus. (Processo nº 08211.000788/2011-41).

Nº 178 - Ref. : PROCESSO Nº 08001.004313/2011-08. INTERESADOS: Ministério da Justiça/Departamento de Polícia Rodoviária Federal. ASSUNTO: Pedido de Reconsideração. DECISÃO: Pela admissibilidade do pedido interposto pelo ex-Policial Rodoviário Fe-

deral EDSON GABRIEL SOUZA ZAMBA, para no mérito indeferir-lo, pelas razões de fato e fundamentos de direito aduzidos no Parecer nº 220/2011/EVX/CAD/CONJUR-MJ/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho nº 005/2012/CAD/CONJUR-MJ/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica, que adoto.

Nº 179 Ref. : PROCESSO nº 08003.003626/2011-11. INTERESADOS: Ministério da Justiça/Departamento de Polícia Rodoviária Federal. ASSUNTO: Pedido de Revisão. DECISÃO: Indefiro o pedido proposto pelo ex-Policial Rodoviário Federal EVERTON DOS SANTOS CARVALHO, pelas razões de fato e fundamentos de direito aduzidos no Parecer nº 005/2012/FB/CAD/CONJUR-MJ/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho nº 011/2012/GAB/CONJUR-MJ/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica, que adoto.

Nº 180- Ref. : PROCESSO nº 08667.003768/2011-74. INTERESADOS: Ministério da Justiça/Departamento de Polícia Rodoviária Federal. ASSUNTO: Recurso Hierárquico. DECISÃO: Pelo não conhecimento do recurso interposto pelo Policial Rodoviário Federal VINÍCIUS XAVIER TEIXEIRA, matrícula SIAPE nº 1461800, pelas razões de fato e fundamentos de direito aduzidos na Nota nº 52/2011/EVX/CAD/CONJUR-MJ/CGU/AGU, aprovada pelo Despacho nº 006/2012/CAD/CONJUR-MJ/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica, que adoto.

Nº 181- Ref.: Processo nº 08001.004441/2011-43. Interessado: Edson Ferreira Vale. Assunto: Requerimento Administrativo em razão da sua não nomeação no cargo de Delegado de Polícia Federal, referente ao concurso público instituído pelo Edital nº 01/93-ANP/DPF. Decisão: indefiro o pedido, nos termos do PARECER Nº 322/2011/CEP/CONJUR-MJ/CGU/AGU, complementado pelo DESPACHO Nº 005/2012/CEP/CONJUR-MJ/CGU/AGU, de lavra da Consultoria Jurídica desta Pasta Ministerial, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado. Publique-se.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

COMISSÃO DE ANISTIA

PORTARIA Nº 7, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2012

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ANISTIA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Diretor Nacional do Projeto de Cooperação Técnica Internacional BRA/08/021 - "cooperação para o intercâmbio internacional, desenvolvimento e ampliação das políticas de Justiça Transicional no Brasil", firmado com o PNUD e a ABC/MRE, no uso de atribuições legais e com fundamento no art. 17, III da Portaria MRE/GM nº 717, de 09 de dezembro de 2006; art. 6º, III, do Decreto 5.151, de 22 de julho de 2004; bem assim a Portaria GM nº 197, de 31 de janeiro de 2012, e

CONSIDERANDO a 2ª Revisão Substantiva do Acordo de Cooperação Técnica Internacional, celebrado entre a União Federal, através da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores e da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça (Executor Nacional) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, objeto do Processo nº 08802.023291/2008-46, para realização do Projeto de Cooperação Técnica Internacional - "cooperação para o intercâmbio internacional, desenvolvimento e ampliação das políticas de Justiça Transicional no Brasil a", BRA/08/021, resolve:

Art. 1º Designar MARCELO DALMAS TORELLY, matrícula SIAPE Nº 1615751, como Coordenador do Projeto de Cooperação Técnica Internacional BRA/08/021.

Art. 2º Designar ROSANE CAVALHEIRO CRUZ, matrícula SIAPE Nº 1797816, como Coordenadora substituta do Projeto BRA/08/021.

Art. 3º Designar a servidora da Comissão de Anistia, JENY KIM BATISTA, matrícula SIAPE Nº 1905188, como usuária operacional do Sistema Atlas do projeto BRA/08/021.

Art. 4º Fica delegada a competência ao Coordenador do Projeto para ordenar as despesas do Projeto, na forma do parágrafo único do artigo 18 da Portaria nº 717/2006, do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ABRÃO

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIAS DE 6 DE FEVEREIRO DE 2012

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria GM nº 145, de 26 de janeiro de 2004, e considerando o disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, e na alínea "b" do inciso I, item 2, da IN MARE nº 10/93, resolve:

Nº 191 - Efetivar a requisição do seguinte servidor pertencente ao Quadro de Pessoal deste Ministério, na forma abaixo indicada: Nome: MOISÉS BARBOSA DE CARVALHO Cargo: Analista Técnico Administrativo Matrícula SIAPE: 1795677 Para: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Cargo a ser ocupado: Secretário, código GR-III Amparo Legal: art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, art. 2º da Lei nº 9.007, de 17 de março de 1995, arts. 2º e 3º, inciso I do Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001 Responsabilidade do ônus: Órgão Cedente Processo: 08000.000108/2012-56

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência atribuída pelo inciso III, do art. 3º, da Portaria Ministerial nº 145, de 26 de janeiro de 2004, resolve:

Nº 192 - Exonerar MARÍLIA MOREIRA MARQUES, Delegado de Polícia Federal do Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Federal, do cargo de Assistente de Relações Internacionais da Coordenação-Geral de Cooperação Internacional do mencionado Departamento, código DAS 102.2.

Nº 193 - Nomear OTAVIO PEDRO FERNANDES, Delegado de Polícia Federal do Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Federal, para exercer do cargo de Assistente de Relações Internacionais da Coordenação-Geral de Cooperação Internacional do mencionado Departamento, código DAS 102.2.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência atribuída pelo inciso IV, do art. 3º, da Portaria Ministerial nº 145, de 26 de janeiro de 2004, incluído pela Portaria nº 2.783, de 9 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 237, de 12 de dezembro de 2011, resolve:

Nº 194 - Designar CRISTINA GROSS VILLANOVA para exercer o encargo de substituta do Secretário Nacional de Segurança Pública, código DAS 101.6, em seus afastamentos e impedimentos eventuais.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência atribuída pelo inciso III, do art. 3º, da Portaria Ministerial nº 145, de 26 de janeiro de 2004, resolve:

Nº 204 - Nomear TEREZA CRISTINE ALMEIDA BRAGA para exercer o cargo de Assessor Técnico da Secretaria de Direito Econômico, código DAS 102.3, ficando exonerada do cargo que atualmente ocupa.

Nº 205 - Nomear PATRÍCIA CAPANEMA SILVA DUARTE para exercer o cargo de Chefe da Divisão de Relações Institucionais da Coordenação-Geral de Políticas e Relações de Consumo do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria de Direito Econômico, código DAS 101.2.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência atribuída pelo inciso XXV, do art. 1º, da Portaria Ministerial nº 145, de 26 de janeiro de 2004, resolve:

Nº 206 - Exonerar ANAMARIA DE JESUS DA SILVA PUCU da Função Comissionada Técnica, código FCT 7.

Nº 207 - Nomear JOCYANE KARISE FIGUEROA para exercer a Função Comissionada Técnica, código FCT 7, ficando exonerada da função que atualmente ocupa.

Nº 208 - Nomear NARJARA RIBEIRO ALENCAR para exercer a Função Comissionada Técnica, código FCT 11, ficando dispensada da função que atualmente ocupa.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, que instituiu a Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE, regulamentada pelo Decreto nº 6.712, de 24 de dezembro de 2008, de acordo com o quantitativo disponibilizado por meio da Portaria MP nº 85, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 17 de abril de 2009, resolve:

Nº 209 - Art. 1º Excluir a Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE, do servidor ocupante de cargo efetivo, lotado na Setorial do Ministério da Justiça, a seguir relacionado:

NOME	SIAPE	CARGO	NÍVEL	SISTEMA
Marcelo Borges de Aguiar	1748249	Analista Técnico Administrativo	Nível Superior	Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ PAULO BARRETO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria SE nº 2.344, de 23 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 249, de 28 de dezembro de 2011, Seção 2, página 17, na linha em que se lê: "...no período de 23 de dezembro de 2011 a 12 de janeiro de 2012...", leia-se: "...no período de 23 de dezembro de 2011 a 11 de janeiro de 2012...".